



# MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

**LEI Nº 1461/2025**, de 19 de dezembro de 2025.

**Dispõe sobre a concessão do serviço público de transporte coletivo urbano no Município de Medianeira/PR e dá outras providências**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e, o Prefeito, sanciona a seguinte,

**L E I:**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas gerais para a concessão, em caráter exclusivo, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Público Coletivo do Município de Medianeira/PR.

**Art. 2º** O serviço de transporte coletivo municipal será prestado diretamente por concessionária selecionada mediante licitação, observadas a presente Lei Municipal, as Leis Federais nº 8.987/1995, 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

**Art. 3º** O serviço objeto desta Lei é considerado essencial, cabendo ao Município assegurar sua continuidade, atualidade, regularidade, segurança, eficiência e modicidade tarifária.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SERVIÇO**

**Art. 4º** Ao Poder Concedente compete elaborar, revisar e atualizar o planejamento de transporte público, considerando:

- I – o crescimento demográfico e urbano de longo prazo;
- II – a expansão progressiva das linhas, itinerários e horários;
- III – a implantação de melhorias futuras, inclusive corredores, vias exclusivas, abrigos e terminais;
- IV – a adequação da frota ao aumento da demanda;
- V – mecanismos de integração modal e tarifária;
- VI – implementação e regulação de sistemas de Transporte Responsivo sob Demanda (DRT), operados por veículos de menor capacidade integrados à bilhetagem, visando a eficiência econômica em zonas de baixa densidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS BENS E INFRAESTRUTURAS**

**Art. 5º** Os bens e a infraestrutura necessários à execução dos serviços públicos de transporte coletivo urbano, compreendendo a frota de veículos, equipamentos



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

operacionais e a mão de obra indispensável à sua operação, serão de responsabilidade exclusiva da Concessionária, nos termos do contrato de concessão.

I – o poder Concedente poderá disponibilizar à Concessionária, para fins de apoio operacional, os bens pertencentes ao patrimônio público existentes na data da assinatura do contrato, tais como abrigos de passageiros, pontos de parada, sinalizações, áreas de apoio e demais estruturas já implantadas, observadas as condições e formas de uso estabelecidas no edital e no contrato.

II – no decorrer da vigência da concessão, o Poder Concedente poderá disponibilizar veículos ou aportar recursos destinados à adequação, modernização ou renovação da frota, exclusivamente quando provenientes de repasses, programas ou financiamentos concedidos por entes estaduais ou federais, mediante convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres.

**Parágrafo único.** Na hipótese de ocorrência do inciso II deste artigo, os bens adquiridos ou incorporados ao patrimônio público poderão ser cedidos à Concessionária para fins de operacionalização do serviço, nos termos de regulamentação específica e mediante previsão contratual, permanecendo sob propriedade do Poder Concedente.

**Art. 6.** Os veículos destinados à prestação do serviço de transporte público coletivo deverão observar idade máxima de fabricação, de modo a garantir a segurança, a eficiência e a qualidade do serviço prestado.

§ 1º A idade máxima permitida para os veículos será de 10 anos, contados a partir da data de fabricação, admitida tolerância de 20% (vinte por cento) da frota com idade superior, desde que não ultrapasse o limite de 12 anos.

§ 2º Para fins de habilitação, contratação ou renovação do cadastro junto ao Município, a comprovação da idade do veículo deverá ser feita mediante apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) atualizado.

§ 3º O Município poderá, mediante justificativa técnica, reduzir os limites de idade máxima da frota quando houver necessidade de elevação dos padrões de segurança, eficiência energética ou acessibilidade.

§ 4º O descumprimento das disposições deste artigo sujeitará a empresa prestadora às penalidades previstas na legislação e no contrato, sem prejuízo da imediata substituição do veículo irregular.

### CAPÍTULO IV

#### DOS DIREITOS E DEVERES DA CONCESSIONÁRIA

**Art. 7º** Incumbe à concessionária:

I – prestar serviço adequado, conforme normas técnicas e contratuais;

II – manter inventário e registro atualizado dos bens reversíveis;

III – zelar pela integridade dos bens utilizados no serviço;

IV – empregar motoristas com habilitação legal específica, inclusive curso de transporte de passageiros;

V – garantir manutenção preventiva e corretiva dos veículos;

VI – prestar contas ao Poder Concedente e aos usuários;

VII – propor reajustes e revisões tarifárias nos termos legais e contratuais;

VIII – manter padrões de acessibilidade, conforto e eficiência operacional;

IX – atender às determinações de fiscalização do Poder Concedente.



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

**Art. 8º** A concessionária poderá contratar terceiros para atividades inerentes, acessórias ou complementares, permanecendo responsável integralmente pela qualidade dos serviços, danos e prejuízos decorrentes.

**Parágrafo único.** Os contratos de terceiros serão regidos pelo direito privado, inexistindo relação jurídica entre tais terceiros e o Poder Concedente.

### CAPÍTULO V

#### DA TARIFA E DO SUBSÍDIO

**Art. 9º** A tarifa é o preço público cobrado do usuário pela utilização do serviço de transporte público coletivo, sendo fixada pelo Poder Concedente conforme metodologia econômico-financeira prevista no edital e no contrato, observados os limites e parâmetros definidos em regulamento.

**§ 1º** A definição, preservação, revisão e reajuste da tarifa deverão assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, garantido à Concessionária o recebimento dos valores decorrentes da proposta vencedora, conforme critérios técnicos estabelecidos no edital, no contrato e nesta Lei.

**§ 2º** A metodologia de cálculo da tarifa considerará, entre outros, os seguintes componentes:

- I – custos operacionais diretos e indiretos;
- II – depreciação, amortização e reposição da frota e dos equipamentos;
- III – tributos e encargos incidentes;
- IV – remuneração adequada do capital investido;
- V – níveis de demanda, IPK (Índice de Passageiros por Quilômetro) e demais indicadores de desempenho;
- VI – reservas necessárias à atualização, expansão e modernização dos serviços;
- VII – parâmetros adicionais definidos em edital ou regulamento.

**§ 3º** Para fins do disposto no § 2º, considerar-se-á justa a remuneração do capital quando atender, no mínimo, a:

- I – custo efetivo e atualizado dos investimentos;
- II – encargos financeiros e atualização monetária;
- III – depreciação e remuneração das instalações, equipamentos e almoxarifado;
- IV – amortização do capital;
- V – tributos e despesas legais ou contratuais;
- VI – provisões necessárias para expansão e continuidade do serviço;
- VII – margem de lucro compatível com a atividade.

**§ 4º** O contrato instituirá o Índice de Desempenho Operacional (IDO), autorizando glosas (descontos) automáticas no pagamento à concessionária em caso de descumprimento de indicadores de regularidade e limpeza.

**Art. 10.** A remuneração da concessionária será composta, inicialmente, pela tarifa paga diretamente pelos usuários, conforme estrutura e valores definidos no edital e no contrato de concessão.

**§ 1º** O Município poderá, mediante ato específico, instituir subsídio tarifário parcial, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, conforme os arts. 17 e 26 da Lei Complementar 101/2000.

**§ 2º** O subsídio poderá abranger gratuidades legais, políticas de redução tarifária ou compensações por gratuidades instituídas pelo Município.

**§ 3º** Caberá ao edital e ao contrato definir metodologia de cálculo, periodicidade de revisão e critérios de transparência.



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

**§ 4º** A previsão de Receitas Acessórias e Complementares (publicidade em frota, terminais e plataformas digitais), cuja receita líquida, uma vez auferida, deverá ser obrigatoriamente deduzida do cálculo tarifário ou destinada à redução de subsídios, vedada sua apropriação como lucro adicional da concessionária.

### CAPÍTULO VI

#### DAS GRATUIDADES E BENEFÍCIOS

**Art. 11.** Terão direito à gratuidade no transporte público coletivo urbano:

I – as pessoas idosas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, conforme legislação federal;

II – os agentes de trânsito e policiais militares, quando fardados e em serviço;

III – as crianças de até 06 (seis) anos, desde que acompanhadas de responsável pagante e ocupando o mesmo assento;

IV – as pessoas com deficiência que possuam impedimentos de longo prazo de natureza física, sensorial, intelectual ou mental que, em interação com uma ou mais barreiras, restrinjam sua participação plena e efetiva na sociedade, observado o disposto na Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão.

**§ 1º** As gratuidades previstas nos incisos I, II e III serão reconhecidas diretamente no ato de utilização do serviço de transporte público, mediante apresentação de documento de identificação ou comprovação da condição exigida, dispensada a emissão de cadastro ou cartão específico.

**§ 2º** A comprovação da deficiência poderá ser feita mediante apresentação de:

I – laudo médico emitido por profissional habilitado da rede pública ou privada; ou

II – certificação em programa oficial do Governo Federal, como Cadastro Único ou Benefício de Prestação Continuada, quando compatível com a natureza da deficiência.

**§ 3º** Na forma de regulamento, o Poder concedente poderá ampliar benefícios, desde que assegurado o devido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

### CAPÍTULO VII

#### DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 12.** O Poder Concedente exercerá fiscalização permanente sobre a operação, incluindo:

I – frota;

II – itinerários e horários;

III – acessibilidade;

IV – segurança operacional;

V – condições dos veículos;

VI – bilhetagem eletrônica;

VII – qualidade do atendimento ao usuário.

**Parágrafo único.** O exercício de fiscalização abrangerá demais atos previstos em edital e contrato de concessão.

### CAPÍTULO VII

#### DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATO DE CONCESSÃO

**Art. 13.** A concessão do serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município de Medianeira será precedida de licitação, nos termos da legislação federal aplicável, desta Lei e do instrumento convocatório, observados os princípios da



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e julgamento por critérios objetivos.

**§ 1º** É vedada a licitação parcial do sistema de transporte público coletivo por ônibus, devendo a concessão abranger a totalidade do serviço, em razão de suas características técnicas, operacionais e econômicas.

**§ 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o serviço de transporte público coletivo de passageiros, mediante licitação, observadas as normas da legislação federal e desta Lei.

**§ 3º** A concessão abrangerá todo o território do Município, e o prazo contratual será estabelecido de forma a assegurar a amortização dos investimentos exigidos da Concessionária para implantação e operação do serviço, a ser apurado em estudo técnico preliminar que constitui a fase preparatória da licitação.

**Art. 14.** Constituem cláusulas essenciais do contrato de concessão:

I – o objeto, a área de abrangência e o prazo da concessão, observados o termo de referência, o edital e esta Lei;

II – o modo, a forma e as condições de prestação do serviço;

III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros de qualidade do serviço;

IV – o valor da tarifa, os critérios e procedimentos para seu reajuste e revisão, nos termos da metodologia definida pelo Poder Concedente;

V – os direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente e da Concessionária, inclusive os inerentes à expansão, modernização, atualização e eventual ampliação dos serviços;

VI – os direitos e deveres dos usuários;

VII – a forma de fiscalização das instalações, equipamentos, métodos, tecnologias e práticas operacionais, com indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII – as penalidades legais, administrativas e contratuais aplicáveis à Concessionária e os limites e procedimentos para sua imposição;

IX – os casos de extinção da concessão;

X – os bens reversíveis e as regras de sua incorporação, conservação, inventário e devolução;

XI – os critérios de cálculo e pagamento de indenizações à Concessionária, quando for o caso;

XII – as condições e requisitos para eventual prorrogação da concessão;

XIII – o foro competente e os meios adequados de solução consensual de conflitos;

**Art. 15.** A Concessionária poderá contratar com terceiros para execução de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como implementar projetos associados.

**§ 1º** A Concessionária permanecerá integralmente responsável pela execução dos serviços contratados com terceiros, respondendo por prejuízos causados ao Poder Concedente, usuários ou terceiros, sem prejuízo do direito de regresso.

**§ 2º** Os contratos celebrados entre a Concessionária e terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não estabelecendo qualquer relação jurídica entre tais contratados e o Poder Concedente.

**§ 3º** Para os fins deste artigo, consideram-se atividades inerentes, acessórias ou complementares aquelas relacionadas à operação, manutenção, limpeza, bilhetagem, atendimento aos usuários, suporte administrativo, modernização e demais atividades de apoio operacional.



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

**Art. 16.** É admitida a subconcessão, desde que prevista no edital e expressamente autorizada no contrato de concessão, devendo atender às condições e limites nele estabelecidos.

**Art. 17.** A transferência da concessão ou do controle societário da Concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente acarretará a caducidade da concessão.

**Parágrafo único.** Para obtenção da anuência, o interessado deverá:

- I – comprovar capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira e regularidade jurídica e fiscal compatíveis com a assunção do serviço;
- II – comprometer-se a cumprir integralmente as cláusulas do contrato de concessão.

**Art. 18.** Nos contratos de financiamento, a Concessionária poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a continuidade e a regularidade do serviço, vedada qualquer forma de transferência do controle operacional ou decisório ao financiador.

### CAPÍTULO VIII

#### DOS BENS REVERSÍVEIS E BENS PÚBLICOS FUTUROS

**Art. 19.** Constituem bens reversíveis:

- I – aqueles incorporados pela concessionária durante a vigência contratual e necessários à continuidade do serviço;
- II – bens determinados no contrato;
- III – bens públicos disponibilizados ao longo da concessão.

**Art. 20.** O Município poderá, ao longo da vigência da concessão, adquirir bens públicos destinados ao serviço, tais como veículos, abrigos, pontos de parada, estruturas ou equipamentos, que poderão ser disponibilizados à concessionária para a execução complementar dos serviços.

**Parágrafo único.** No momento da aprovação desta Lei, a operação dos serviços será realizada integralmente com frota e equipamentos da concessionária, inexistindo veículos pertencentes ao Município, sem prejuízo da utilização de abrigos e vias públicas.

### CAPÍTULO IX

#### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 21.** As infrações relativas à condução de veículos, condições de segurança, lacres, documentação e demais requisitos operacionais vinculados à circulação seguem o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aplicadas pela autoridade competente.

**Art. 22.** As penalidades contratuais referentes ao descumprimento da prestação dos serviços serão definidas no escopo da contratação e incorporadas ao edital e ao contrato de concessão.

### CAPÍTULO X

#### DA INTERVENÇÃO

**Art. 23.** A intervenção observará integralmente os arts. 32 a 34 da Lei Federal 8.987/1995, garantindo:

- I – decretação formal;



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

- II – prazo e objetivo da intervenção;
- III – afastamento da concessionária;
- IV – nomeação de interventor;
- V – prestação de contas;
- VI – manutenção da continuidade do serviço.

### CAPÍTULO XI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 24.** O edital de licitação, por intermédio dos artefatos que o constituiu, poderá estabelecer parâmetros operacionais mínimos como exemplo o IPK (índice de passageiro por quilometro), frota reserva, tecnologias de bilhetagem e controle.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 19 de dezembro de 2025

Antonio França Benjamim  
**Prefeito**